

Vítimas de violência doméstica precisam de maior proteção

Sociologia

Enviado por:

Postado em:01/12/2011

Pesquisadora da USP observou que mulheres agredidas pelo parceiro não são protegidas pelas redes sociais e de apoio como gostariam, recebendo cuidados referentes à sua integridade física, mas não recebendo abordagem em saúde mental.

No mês de setembro a Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo registrou 5.844 casos de violência contra a mulher. Destes, 135 foram registrados em Ribeirão Preto, segundo a Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM) da cidade. A enfermeira Angelina Lettiere, em estudo realizado na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP) da USP, observou que, no município, as mulheres agredidas pelo parceiro não são protegidas pelas redes sociais e de apoio como gostariam, recebendo cuidados referentes à sua integridade física, mas não recebendo abordagem em saúde mental. A pesquisa de Angelina tinha por objetivo perceber como as mulheres que sofrem violência pelo parceiro íntimo usam os recursos de âmbito municipal (como os postos de saúde e delegacia da mulher) como base de apoio para o enfrentamento de seu problema. A pesquisadora tentou entender se essas redes atuam como protetoras das vítimas ou se as deixam ainda mais vulneráveis, descobrindo que ambas as situações são possíveis, dependendo de outros fatores. Por exemplo, quando a família apoia e acolhe essas mulheres, seja financeiramente ou não, ela atua como um fator de proteção, ao mesmo tempo em que o pensamento de que a situação diz respeito somente ao casal, não ajudando a vítima, aumenta sua vulnerabilidade. Para o estudo, a pesquisadora recolheu, no Instituto Médico Legal (IML), depoimentos de 10 mulheres vítimas de violência doméstica pelo parceiro entre dezembro de 2009 e agosto de 2010. Segundo ela, o IML foi escolhido “por ser um local em que comumente estão presentes mulheres com perfil pró-ativo, ou seja, mulheres que estão decididas a pôr um basta na situação já vivenciada há algum tempo”. Quando chegam no IML, as vítimas já passaram por vários processos, entre eles o exame de corpo de delito, e podem analisar melhor os recursos do município. As entrevistadas relataram que os recursos disponíveis estão aquém do desejado por elas, não conseguindo dar o suporte necessário. A principal reivindicação é o atendimento em saúde mental, que não é acolhido e encaminhado aos serviços existentes. Segundo elas, suas lesões físicas são bem tratadas nas instâncias correspondentes, mas não há encaminhamento para abordagem psicológica, aspecto muito afetado pela violência doméstica. Outra reclamação importante feita pelas vítimas é a da burocracia na execução da lei Maria da Penha. Para elas, embora a lei seja útil, não é eficaz como deveria, pois a burocracia prolonga o processo e adia a resolução dos casos. Além disso, a Delegacia da Mulher da cidade também não fica aberta aos fins de semana, que é o período em que as agressões são realizadas. Particularidades Embora uma parcela das entrevistadas ainda estivesse com o parceiro, a maioria já estava separada e continuava sofrendo agressão dos ex-maridos. Em dois casos, as vítimas procuraram ajuda quando a violência foi transferida para os filhos. O que é comum a todas elas é que há um desejo de mudança no comportamento do homem, seja por ainda gostarem dele, quanto por serem os pais de seus filhos. Segundo Angelina, “essas mulheres ainda gostam desses homens, apesar de tudo. Elas acreditam que eles não são violentos por natureza, mas ficam por causa do consumo de álcool e de drogas, por exemplo”. A pesquisadora afirma ainda que muitas das mulheres tinham renda própria e eram chefes de família, o que foi um resultado inesperado, já

que a dependência financeira costuma ser um fator que impede as mulheres de denunciarem seus parceiros. Para Angelina, seu estudo mostra como é necessário que os serviços e os profissionais ouçam as mulheres que atendem, para uma abordagem integral e para tentar entender porque nem sempre atendem as demandas. A pesquisadora acrescenta ainda que a violência contra a mulher deve ser mais abordada na sociedade, e que os profissionais (não só da área de saúde) têm de estar mais preparados para lidar com a questão. O estudo de mestrado de Angelina, Violência doméstica sob o olhar das mulheres atendidas em um instituto médico legal: as possibilidades e os limites de enfrentamento da violência vivenciada, foi orientado por Ana Marcia Spano Nakano. Esta reportagem foi publicada em 22/11/2011 no sítio <http://www.usp.br/agen/?p=81487>. Todas as informações nela contida são de responsabilidade do autor.